

22 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA/RS

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64566.000085/2026-51

2. Descrição da necessidade

2.1 O 22º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado – “Grupo Uruguaiana”- durante suas atividades operacionais e administrativas emprega o efetivo de 311 militares. Ademais, é imperioso destacar que esta Organização Militar apoia com alimentação diversos militares de outras Unidades.

2.2 A importância da logística está em fornecer as bases para o planejamento estratégico. Um bom planejamento logístico é crucial para que a missão seja cumprida. A logística é um conjunto de técnicas, métodos e conhecimentos destinados a substanciar o fluxo de suprimento.

2.3 A aquisição pretendida tem por finalidade, manter a operacionalidade da cozinha do Aproveitamento, possibilitando a adequada utilização dos alimentos e estando de acordo com as normas vigentes da Vigilância Sanitária e o Programa de Auditoria e Segurança Alimentar (PASA), que garantem a qualidade higiênico sanitária durante a produção e distribuição dos alimentos.

2.4 Os insumos de qualidade garantem eficiência e agilidade nos processos desta unidade tendo como objetivo o cumprimento de suprir a tropa e, este Setor de Aproveitamento desempenha um elevado padrão de qualidade durante as refeições fornecidas, de modo que são servidos mensalmente, em média 15.000 refeições.

2.5 A aquisição dos gêneros de alimentação teve o início com estudo de diferentes cenários e melhorias em geral, envolvendo a avaliação da viabilidade e economicidade de tempo e recurso, planejando e prevendo a sua utilização.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aproveitamento	RICHEL DIAS BATISTA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A presente contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, desempenho e adequação, de modo a garantir o pleno atendimento das necessidades do Setor de Aproveitamento desta Organização Militar.

4.2 Os gêneros alimentícios a serem fornecidos deverão atender às normas sanitárias vigentes, especialmente as estabelecidas pelos órgãos de vigilância sanitária competentes, bem como apresentar condições adequadas de armazenamento, transporte e conservação, assegurando sua integridade e qualidade para consumo.

4.3 Os produtos deverão possuir prazo de validade compatível com o consumo previsto, sendo rejeitados aqueles que não atendam aos padrões mínimos de qualidade, higiene e segurança alimentar.

4.4 O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, nos prazos e condições a serem definidos no Termo de Referência, sendo de responsabilidade da contratada o transporte, a entrega e a substituição de produtos em desacordo com as especificações.

4.5 Para fins de habilitação, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, nos termos da Lei nº 14.133/21, que comprove o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da contratação, emitido em nome da pessoa jurídica, em papel timbrado e assinado por seu representante legal ou por meio de assinatura digital, contendo a descrição do objeto contratado e os dados da empresa.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Soluções levantadas pela Equipe de Planejamento da Contratação:

5.1.1. **Solução 1:** Análise de itens similares que possam eventualmente constar nas Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes, gerenciadas pelo 22 GAC AP.

5.1.1.1. Após consulta aos sistemas oficiais e registros internos, verificou-se a inexistência de Atas de Registro de Preços vigentes que contemplem os itens e quantitativos necessários. **NÃO VIÁVEL.**

5.1.2. **Solução 2:** Análise de itens similares que possam eventualmente constar nas Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes, onde o 22 GAC AP é participante.

5.1.2.1. Não foram identificadas Atas vigentes nas quais esta Organização Militar figure como participante que atendam integralmente à demanda. **NÃO VIÁVEL.**

5.1.3. **Solução 3:** Análise de itens similares que possam eventualmente constar nas Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes, para adesão como Unidade Gestora Não Participante (UGNP).

5.1.3.1. Após análise de Atas disponíveis em plataformas oficiais (Compras.gov.br e PNCP), não foram identificadas ARPs com objetos, especificações e quantitativos compatíveis com as necessidades desta Organização Militar, tampouco com viabilidade de adesão. **NÃO VIÁVEL.**

5.1.4. **Solução 4:** Aquisição por meio de Dispensa Eletrônica.

5.1.4.1. A solução mostra-se inadequada, tendo em vista a necessidade de aquisições contínuas e parceladas, com quantitativos expressivos, não sendo compatível com a natureza e o volume da demanda. **NÃO VIÁVEL.**

5.1.5. **Solução 5:** Aquisição por meio de Dispensa Tradicional.

5.1.5.1. Aplicável apenas em situações excepcionais, como eventual fracasso de procedimento competitivo, não sendo adequada como solução principal para atendimento da demanda contínua. **VIÁVEL.**

5.1.6. **Solução 6:** Realização de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilitando aquisições parceladas conforme a necessidade do 22 GAC AP.

5.1.6.1. A solução mostra-se adequada, considerando a natureza contínua da demanda, a necessidade de flexibilidade nas aquisições e a busca por maior competitividade e economicidade. **VIÁVEL.**

5.2. Dentre as soluções apresentadas, a mais vantajosa para a Administração é a Solução 6, consistente na realização de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), por atender de forma eficiente, econômica e flexível às necessidades da Organização Militar.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades do 22º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado e Organizações Militares participantes.

6.2. As aquisições ocorrerão de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, ao longo da vigência da ata de registro de preços, considerando as estimativas previamente definidas e a necessidade de garantir o abastecimento contínuo do Setor de Aprovisionamento.

6.3. Os gêneros alimentícios deverão atender às especificações técnicas estabelecidas, observando os padrões de qualidade, as normas sanitárias vigentes e as condições adequadas de armazenamento, transporte e entrega, de forma a assegurar sua integridade e adequação ao consumo.

6.4. A execução contratual abrangerá todas as etapas necessárias ao fornecimento, incluindo aquisição, transporte, entrega nos locais indicados pela Administração e substituição de itens em desacordo com as especificações, sendo de responsabilidade da contratada garantir a regularidade e qualidade do fornecimento.

6.5. A solução adotada busca assegurar:

- 6.5.1. Fornecedor contínuo e dentro dos prazos estabelecidos;
- 6.5.2. Atendimento aos padrões de qualidade e segurança alimentar;
- 6.5.3. Flexibilidade na aquisição, conforme a demanda real da Administração;
- 6.5.4. Economicidade, por meio da competição no processo licitatório;
- 6.5.5. Observância de práticas de sustentabilidade, quando aplicáveis.

6.6. Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para atender à necessidade administrativa, garantindo eficiência, continuidade no fornecimento e atendimento ao interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Quanto às quantidades estimadas, a presente contratação visa à aquisição dos quantitativos relacionados no documento de Demanda, constante nos documentos do processo em epígrafe, nas condições e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência da licitação.

7.2. Quanto à definição das quantidades estimadas, foi considerado o consumo dos últimos 3 (três) anos, com base em dados registrados pela Administração, realizando-se análise crítica desses históricos, de modo a desconsiderar variações atípicas e ajustar a previsão à demanda real do órgão.

7.3. Ademais, foram considerados fatores prospectivos, tais como a manutenção das atividades operacionais e administrativas, bem como a necessidade de evitar desabastecimento, de forma que os quantitativos estimados refletem uma projeção adequada da demanda futura, não se limitando à simples reprodução dos dados históricos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 760.522,67

setecentos e sessenta mil quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, as contratações deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, sendo que o presente procedimento observa tal fundamento. A contratação foi estruturada por itens, de forma a ampliar a competitividade entre os licitantes, possibilitar a participação de maior número de fornecedores e facilitar a fiscalização do objeto contratual.

9.2. A descentralização dos recursos ocorrerá de forma parcelada, conforme cronograma da DGO e disponibilidade orçamentária, considerando a natureza contínua da contratação e a necessidade de adequação às cotas disponibilizadas em cada período.

9.3. A divisão do objeto não compromete a economia de escala, ao contrário, contribui para a obtenção de propostas mais

vantajosas, permitindo melhor aproveitamento dos recursos públicos, maior eficiência na seleção de fornecedores e adequada execução contratual.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Possui afinidade com o objeto da contratação pretendida o Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2024, da UASG 160436, cujo vencimento ocorreu em fevereiro de 2025, apresentando, contudo, valores defasados em relação aos praticados atualmente no mercado.

10.2. Considerando a natureza do objeto, que envolve o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios, não é admissível a interrupção no abastecimento, sob pena de prejuízo às atividades operacionais e administrativas da Organização Militar, o que justifica a necessidade de nova contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição dos gêneros alimentícios visa atender ao disposto na Portaria Normativa nº 753, do Ministério da Defesa, de 30 de março de 2015, que aprova o Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas (MD42-R-01), bem como à RDC nº 216, da ANVISA, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Ademais, a descentralização de recursos está prevista no Contrato de Objetivos Logísticos para Abastecimento (COL) da Diretoria de Abastecimento.

11.2. A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) e está alinhada ao planejamento anual do 22º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Garantir o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios ao Setor de Aproveitamento, evitando desabastecimento e assegurando a regularidade das atividades operacionais e administrativas da Organização Militar.

12.2 Assegurar o cumprimento das normas técnicas e sanitárias aplicáveis, especialmente no que se refere à Segurança Alimentar, com o emprego de alimentos de qualidade, contribuindo para a adequada nutrição do efetivo.

12.3 Promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio de processo licitatório competitivo, possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

12.4 Possibilitar maior flexibilidade na aquisição dos itens, por meio do Sistema de Registro de Preços, adequando o fornecimento à demanda real da Unidade.

12.5 Contribuir para a manutenção do padrão de qualidade das refeições fornecidas, maximizando a variedade alimentar e garantindo melhor aporte nutricional ao efetivo atendido.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Deverá ser designada equipe composta por militares capacitados para atuar na gestão e fiscalização dos contratos decorrentes da contratação, realizando a interlocução com a empresa contratada e acompanhando a execução do objeto.

13.2 Deverá ser formalmente designado fiscal e substituto, nos termos da legislação vigente, com a atribuição de acompanhar, fiscalizar e atestar o recebimento dos materiais fornecidos.

13.3 Deverão ser estabelecidos procedimentos internos para o recebimento, conferência, armazenamento e controle dos gêneros alimentícios, garantindo o cumprimento das normas sanitárias e de segurança alimentar.

13.4 Deverá ser realizado o planejamento prévio das demandas, de modo a permitir a adequada execução do contrato e evitar desabastecimento ou aquisições emergenciais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A presente contratação, por se tratar da aquisição de gêneros alimentícios, não apresenta, em regra, impactos ambientais de grande magnitude. Contudo, identificam-se potenciais impactos indiretos relacionados ao consumo, armazenamento e descarte de resíduos, especialmente embalagens plásticas, papelão, resíduos orgânicos e possíveis perdas de alimentos.

14.2 Entre os principais impactos ambientais associados à contratação, destacam-se:

- a. Geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens;
- b. Descarte inadequado de resíduos orgânicos;
- c. Possíveis perdas de alimentos por armazenamento inadequado;
- d. Consumo indireto de recursos naturais na cadeia produtiva dos alimentos.

14.3 Como medidas mitigadoras, a Administração adotará, sempre que possível:

- a. Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis de produção e fornecimento;
- b. Preferência por produtos com embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- c. Adoção de boas práticas de armazenamento e manipulação de alimentos, reduzindo perdas e desperdícios;
- d. Destinação adequada de resíduos sólidos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- e. Incentivo ao aproveitamento integral dos alimentos, quando aplicável;
- f. Observância das diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 2024).

14.4 Quanto à logística reversa, será observada sua aplicabilidade conforme a existência de regulamentação específica para os produtos adquiridos, evitando a imposição de exigências que possam restringir a competitividade, sem prejuízo da adoção de boas práticas ambientais pela contratada.

14.5 Dessa forma, conclui-se que, embora existam impactos ambientais inerentes à natureza do objeto, estes são considerados de baixo impacto e plenamente mitigáveis mediante a adoção das medidas propostas, garantindo a compatibilidade da contratação com os princípios da sustentabilidade e da eficiência administrativa.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICHEL DIAS BATISTA

Equipe de apoio

MATHEUS DOS SANTOS BONFANTE

Equipe de apoio